

CORREIO
GRANDE CAMPINAS

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE INDAIATUBA



Americana garante ônibus gratuito para o pleito em outubro

Americana terá ônibus gratuito nas eleições de outubro de 2026

A Prefeitura de Americana decretou a gratuidade do transporte público coletivo nos dias das eleições de 2026. A medida vale para 4 de outubro, no primeiro turno, e 25 de outubro, caso haja segundo turno, sempre das 7h às 18h. O objetivo é garantir o acesso dos eleitores aos locais de votação, conforme prevê resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo a administração municipal, a concessionária deverá manter a operação normal do sistema, com possibilidade de reforço na frota e nos horários de acordo com a demanda. A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos será responsável pela fiscalização do cumprimento do decreto e pela análise dos custos gerados com a isenção. O município informou que a medida segue diretrizes federais e busca ampliar a participação popular no processo eleitoral.

Vandalismo em placas de ruas dispara

Placas de ruas em Hortolândia voltam a ser alvo de vandalismo. Só nesta semana, quatro estruturas foram depredadas, prejudicando a identificação de vias e causando prejuízos aos cofres públicos. Instaladas para facilitar a localização de moradores, motoristas e entregadores, as sinalizações são essenciais no dia a dia. A Prefeitura reforça o pedido para que a população denuncie pelo 153 qualquer ato de depredação e ajude a preservar os espaços públicos da cidade, garantindo melhor orientação urbana.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE HORTOLÂNDIA



Medidas reduzem taxas e desburocratizam setor de transporte

Vereador cobra QR Code no ônibus de Sta. Bárbara

O vereador Paulo Monaro apresentou requerimento à Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste solicitando informações sobre a implantação do pagamento de passagens de ônibus por QR Code. A proposta permitiria ao usuário pagar diretamente pelo celular no momento do embarque. O parlamentar questiona se há estudos técnicos e interesse da administração, além da compatibilidade dos equipamentos da concessionária. Também pede detalhes sobre custos e prazos para adoção.

Proposta obriga Prefeitura avisar sobre interdições

O vereador Rafa Marques (PL) protocolou projeto em Valinhos que obriga a Prefeitura a avisar moradores antes de obras que afetem circulação ou serviços. A proposta prevê comunicação prévia sobre interdições, desvios, transporte e fornecimento de água ou energia. Caso vire lei, o aviso deverá trazer local, prazo, impactos e canais de contato. O objetivo é permitir que a população se organize diante das mudanças.

Economia de energia

O DAE de Santa Bárbara d'Oeste promoveu capacitação técnica sobre eficiência energética e destacou projeto na ETE Barroão. A modernização do sistema, com investimento de R\$ 1,3 milhão, deve gerar economia anual de mais de R\$ 300 mil, além de reduzir consumo de energia e impactos ambientais. A ação também melhora a eficiência operacional.

Estacionamento do povo

O vereador Tiguila Paes (Cidadania) solicitou a abertura do estacionamento da Praça da Amizade, conhecida como Praça do Bombeiro, no Centro de Paulínia. A área, antes usada pela Polícia Civil, está ociosa após a mudança da delegacia. A proposta é ampliar vagas e facilitar o acesso ao comércio e serviços.

Ambulância parada

O vereador Paulo Monaro questiona a Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste sobre possível falta de uso de ambulância destinada pelo Governo Federal. Segundo ele, o veículo estaria na garagem sem atender à população. O parlamentar pede informações sobre a frota, funcionamento do equipamento e capacidade de transporte de pacientes.

Nomes de ruas

A Câmara de Sumaré vota nesta terça projetos que homenageiam moradores com nomes de ruas no Residencial Villa Flórida. As propostas reconhecem trajetórias ligadas à história local. A sessão é aberta ao público e terá transmissão online pelo canal do Legislativo. Entre os homenageados estão Orlando Fabbri, Paulino Carpani e Manoel Claudino de Vasconcelos.

Primeiro Ecoponto

Monte Mor iniciou a implantação do primeiro Ecoponto no Jardim Alvorada. O espaço integrará o programa Monte Mor Recicla e permitirá o descarte adequado de resíduos, reduzindo pontos irregulares. O equipamento ainda está em construção e terá funcionamento divulgado após a conclusão das obras. A medida busca ampliar a gestão ambiental.

UBS Nova Alvorada

A construção da UBS Nova Alvorada, em Monte Mor, avança com a concretagem das fundações. A unidade, de Porte II, integra programa do Ministério da Saúde e busca ampliar o acesso à Atenção Primária. O projeto prevê atendimentos médicos, odontológicos e multiprofissionais, além de vacinação e exames.



Menos custos no transporte escolar, impacto no preço ainda é incerto

Indaiatuba reduz custos e muda regras do transporte

Regra reduz despesas dos e pode influenciar valores cobrados

Da Redação

A Prefeitura de Indaiatuba publicou decreto que moderniza a regulamentação do transporte coletivo escolar e garante redução direta de custos aos permissionários. A nova regra elimina taxas, flexibiliza exigências e simplifica processos, mantendo os padrões de segurança do serviço e reduzindo despesas operacionais do setor.

Com a diminuição dos custos, surge também o questionamento sobre possíveis reflexos ao usuário final. Embora o decreto não trate de valores cobrados pelas viagens, a economia gerada pode, em tese, influenciar o preço pago por famílias que utilizam o transporte escolar, a depender das condições praticadas por cada prestador.

O decreto nº 15.738, publicado em julho, altera normas vigentes desde 2021 e tem como foco desburocratizar a atividade. Entre as principais mudanças está a isenção da taxa de vistoria dos veículos escolares, o que representa economia direta aos profissionais que atuam no setor.

Outra medida relevante é a flexibilização das inspeções mecânicas, que permanecem obrigatórias duas vezes ao ano, conforme exigência

do Detran/SP, mas passam a permitir laudos emitidos por empresas idôneas, além da Artesp. A mudança amplia as opções para os permissionários e pode reduzir custos com serviços e deslocamentos.

O decreto também cria a possibilidade de vistoria ambiental gratuita, a ser realizada diretamente pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana. Apesar de manter a exigência anual, a medida elimina despesas adicionais e facilita a regularização dos veículos.

Além disso, a nova regulamentação exclui a obrigatoriedade de contratação de seguros específicos, como os de danos materiais e corporais e o de Acidentes Pessoais a Passageiros (APP), reduzindo custos fixos para os operadores.

Segundo a Prefeitura, a atualização busca modernizar o ambiente regulatório, reduzir entraves burocráticos e fortalecer a atividade. A expectativa é melhorar as condições de operação dos permissionários sem comprometer a segurança do serviço.

Apesar do impacto financeiro positivo para prestadores, eventuais benefícios aos usuários dependerão de decisões individuais de mercado.